



# Sistema Brasileiro de Certificação de Recursos e Reservas Minerais

## Resolução N.º 94 de 07 de fevereiro de 2022



**ANM**

Agência  
Nacional de  
Mineração



# Introdução

A regulamentação do Sistema Brasileiro de Recursos e Reservas Minerais teve como objetivo definir com base em padrões internacionalmente aceitos, os conceitos e **declarações públicas de resultados** de exploração, de recursos e reservas minerais a serem utilizados no acompanhamento da pesquisa mineral e dos requerimentos com vistas à aprovação de concessão de lavra pela ANM



## Resolução N.º 94 de 07 de fevereiro de 2022

Esta regulamentação é amparada por uma Lei e dois Decretos a partir de 2017:  
Lei nº 13.575 de 26 de dezembro de 2017 (Lei de criação da ANM) no seu art.

2º Inciso XXXV:

- **normatizar o sistema brasileiro de certificação de reservas e recursos minerais, no prazo de até um ano, contado da publicação desta Lei;**



# Legislação

Decreto Nº 9.587, de 27 de novembro 2018 (Decreto de instalação da ANM) Art. 2º do Inciso XXXV:

- **normatizar o sistema brasileiro de certificação de reservas e recursos minerais, no prazo de até um ano, contado da publicação da Lei nº 13.575, de 2017**



# Legislação

Decreto 9406, de 12 de junho de 2018 no Art. 9º § 4º:

**A reserva mineral se classifica em recursos inferido, indicado e medido e em reservas provável e provada, conforme definidos em Resolução da ANM, necessariamente com base em padrões internacionalmente aceitos de declaração de resultados.**



# JUSTIFICATIVAS

- A **Resolução N.º 94 de 07 de fevereiro de 2022** se justifica considerando a necessidade de redução da assimetria de informações em relação aos dados das reservas minerais do país, especialmente entre a ANM e agentes privados.
- Considerando que parte da indústria mineral do país tem uma atuação globalizada, a convergência da classificação sobre recursos e reservas minerais do país e internacional também poderá impactar positivamente a fim de permitir maior comparabilidade e reduzir os riscos das análises de investimentos de projetos de mineração. Para as empresas de mineração as reservas minerais constituem importantes ativos patrimoniais, geralmente representados em suas demonstrações financeiras, cuja divulgação das informações das reservas minerais poderá dar maior segurança patrimonial e transparência para os investidores.

# CÓDIGOS NACIONAIS DE RECURSOS E RESERVAS MINERAIS



O desenvolvimento de códigos e guias internacionais de **declarações de recursos e reservas minerais** tem como objetivo uniformizar conceitos, assim como, padronizar formatos de apresentação dos resultados de exploração mineral. Nesse sentido, destacam-se várias iniciativas internacionais de declarações de recursos e reservas minerais desenvolvidas principalmente a partir da década 70, com destaque para a criação do ***Committee for Mineral Reserves International Reporting Standards (CRIRSCO)***, em 1994, que compreende uma instituição internacional, sem fins lucrativos, que tem coordenado a padronização dos códigos de recursos e reservas minerais, e que conta com a cooperação de vários países membros com reconhecida atuação internacional nas atividades de mineração, tendo sido criada para garantir a aplicação de melhores práticas no setor mineral, reduzindo os riscos aos investimentos, e permitindo que os resultados relativos aos projetos de mineração sejam levados à toda sociedade com maior transparência e segurança.

<http://crirSCO.com/welcome.asp>



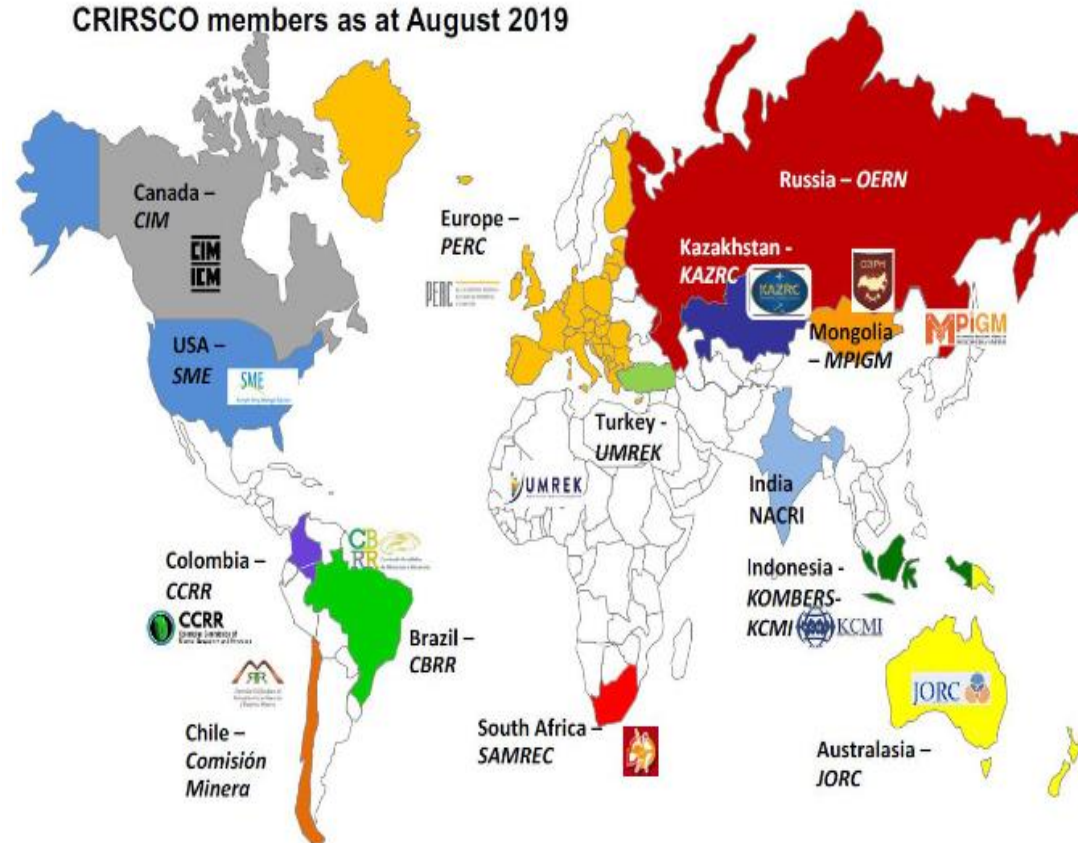
# Committee for Mineral Reserves International Reporting Standards (CRIRSCO),



**ANM**

Agência Nacional de Mineração

CRIRSCO members as at August 2019



## Membros OPR/CRIRSCO

- CBRR (Brasil)
- CCRR (Colômbia)
- CIM (Canadá)
- Comision Minera (Chile)
- JORC (Austrália)
- KAZRC (Kazakhstan)
- KCMI (Indonésia)
- MPIGM (Mongólia)
- NACRI (Índia)
- OERN (Rússia)
- PERC (Europa)
- SAMCODES (África do Sul)
- SME (Estados Unidos)
- UMREK (Turquia)





# O que muda para o minerador

- Atualmente o Brasil adota uma nomenclatura ultrapassada daquilo que é denominado de “Reservas”, que não se adapta a nomenclatura Internacionalmente praticada pela grande maioria dos países produtores de bens minerais.
- Além disto, os procedimentos utilizados na determinação do que é Reserva Mineral no Brasil é bastante subjetivo e a consequência principal para o Setor Mineral Brasileiro e aos investidores internacionais é a insegurança técnica dos projetos de mineração. Isto faz que a taxa de atratividade aos projetos brasileiros seja baixa ocasionando uma fuga de investimentos tanto nacionais como internacionais no setor.
- O novo modelo ora em implantação, coloca o Brasil no mesmo patamar dos projetos de mineração internacionais e a consequência principal será a possibilidade comparativa entre projetos similares dando segurança técnica ao investidor tanto nacional como internacional.
- Após a implantação do Sistema Brasileiro de Recursos de Reservas os relatórios de pesquisa e PAEs, acompanhados de um *Technical Report* com laudo certificado ou Declaração de Resultados por Profissional Qualificado Registrado (PQR) pela CBRR ou de outras associações internacionais filiadas ao CRIRSCO, terão sua análise facilitada pela ANM. Caso haja divergências significantes entre o relatório original e o *Technical Report*, a aprovação se dará sobre este último.



# Padronização dos Códigos Internacionais

## Resumindo

Os principais ganhos da adequação da legislação minerária brasileira ao Sistema Internacional de Recursos e Reservas serão:

- os ativos das empresa que atuam no setor são os Recursos e Reservas e estes necessitam se adequarem a uma padronização definida pelos Códigos Internacionais para permitir a comparação entre projetos similares tanto a nível nacional como internacional.
- permitir aos agentes financiadores, aos investidores e ao mercado utilizarem os mesmos conceitos e procedimentos na determinação ao que é Recurso e Reserva Mineral, porque as definições e a abordagem em qualquer país necessitam serem idênticas.



# Padronização dos Códigos Internacionais

## Resumindo

- A definição clara e objetiva na Resolução 94/ 2022 do que é e qual é o papel do profissional que avalia um recurso ou uma reserva. Estes profissionais denominados internacionalmente como “*Competent Person*” ou “*Qualify Person*” ou no caso brasileiro “Pessoa Qualificada Regulamentada- PQR” permitirá aos técnicos especialista em recursos da ANM e aos responsáveis técnicos tradicionais das empresas compreender o significado e a importância de uma **certificação** da pesquisa mineral ou do PAE e sua importância na comunidade mineral, tal como um laudo promovido por uma auditoria independente ou ainda, um atestado da qualidade e veracidade dos dados ali contidos de forma permitir aos agentes financiadores e aos investidores maior segurança deste ativo mineral.

A large blue-toned photograph of a mining truck on a railcar with three workers in the foreground. The truck is a massive haul truck with a large canopy and heavy-duty tires. The workers are wearing hard hats and safety vests, standing on a rocky surface. The background shows a hilly landscape under a clear sky. A white vertical bar is on the left side of the image.

**OBRIGADO !**



**ANM**

Agência  
Nacional de  
Mineração